

**A FORMAÇÃO DO LEITOR EM SUAS MÚLTIPLAS DIMENSÕES:  
A LEITURA LITERÁRIA SEDIMENTANDO A PRÁTICA  
INTEGRADORA NO ENSINO MÉDIO TÉCNICO DO IFPB – CAMPUS  
JOÃO PESSOA**

**THE READER'S FORMATION IN ITS MULTIPLE DIMENSIONS:  
THE LITERARY READING SEDIMENTATING THE INTEGRATING  
PRACTICE IN THE TECHNICAL HIGH SCHOOL TEACHING OF IFPB  
- JOÃO PESSOA CAMPUS**

Girlene Marques Formiga \*

Maria da Conceição Monteiro Cavalcanti \*\*

Clebianne Vieira de Araújo \*\*\*

**Resumo:** Este artigo discorre sobre a formação do leitor e o ensino de literatura na educação profissional técnica integrada ao ensino médio do Instituto Federal da Paraíba - *campus* João Pessoa, com foco mais específico na averiguação de ocorrência de práticas integradoras de leitura que contemplem o perfil do egresso. Por meio da abordagem qualitativa e de natureza descritivo-exploratória, buscou-se identificar, a partir de documentos norteadores, como diretrizes curriculares, planos de desenvolvimento institucional e pedagógicos dos cursos, a perspectiva instrucional sobre a formação integral subjacente à modalidade. Para tanto, o estudo foi fundamentado nos pressupostos teóricos defendidos, sobretudo, por Freire (2011), Saviani (2007; 2008), Candido (2011) Todorov (2009), Jouve (2002) e Leahy-Dios (2004). A pesquisa possibilitou uma reflexão acerca dos direcionamentos do processo de formação capazes de conduzir o leitor do texto literário ao exercício de seu papel de sujeito constituído de especificidades em suas múltiplas dimensões histórica, política e cultural.

**Palavras-chave:** Ensino Médio Integrado. Ensino de literatura. Formação de Leitores.

**Abstract:** This article aims at discussing the reader's formation and the literature teaching in the technical professional education as integrated to the high school level, at Instituto Federal da Paraíba - João Pessoa, focusing on investigating the occurrence of integrative reading practices that contemplate the former student profile. Through a qualitative and descriptive-exploratory approach, we focused on identifying the instructional approach on the integral training underlying the modality. For doing so, we went through some guiding documents, such as curricular guidelines, institutional and pedagogical course development plans. The research, therefore, was theoretically based on assumptions defended, above all, by Freire (2011), Saviani (2007; 2008), Candido (2011) Todorov (2009), Jouve (2002) and Leahy-Dios (2004), and it led us to a reflection on the directions concerning the formation process, capable of leading the literary text reader to the exercise of his role as a subject constituted by specificities in its multiple historical, political and cultural dimensions.

**Keywords:** Integrated High School. Literature teaching. Reader's formation.

---

\* Professora do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), com atuação no Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica e na Licenciatura em Letras. E-mail: gformiga@uol.com.br

\*\* Professora do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), com atuação no Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica e no Bacharelado em Administração. E-mail: mcmcavalcanti2012@gmail.com

\*\*\* Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal da Paraíba (IFPB). E-mail: clebianne@hotmail.com

## **Introdução**

O domínio das múltiplas capacidades de linguagem, especialmente as relativas à leitura, tornou-se condição imprescindível tanto em contextos da vida social como da profissional, haja vista o seu favorecimento para o discernimento de caminhos em meio ao obscurantismo que se apresenta hoje na conjuntura política brasileira. Nesse aspecto, é atribuição da escola ampliar práticas que desenvolvam as dimensões políticas, socioculturais e pedagógicas a ela inerentes.

No que se refere à aplicação desses processos ao mundo do trabalho, especialistas discutem a urgência de adotar políticas públicas que conectem a educação a um mercado em acelerada transformação, o que envolve, segundo Costin (2020), um investimento de qualidade na área para este século, inclusive em ensino técnico, sobretudo profissionalizando o trabalho dos professores e tornando a escola mais significativa para os jovens. Em se tratando desse último segmento da população, dados recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo IBGE, revelam que os jovens foram os maiores perdedores de renda do trabalho nos últimos cinco anos (NERI, 2019). Tal fato é indicativo da necessidade de interferências mais expressivas de políticas educacionais que visem a uma melhoria na preparação dos alunos provenientes das diversas realidades socioeconômicas e culturais, concedendo-lhes condições apropriadas para atuarem nas diferentes esferas da sociedade.

Considerando o papel da educação como promoção humana segundo a concepção de Saviani e Duarte, (2010), e salvaguardadas questões envolvendo o ensino a serviço restrito ao mercado, compreendemos o pensamento educacional sobre a relação trabalho-educação tendo por base o trabalho como princípio educativo defendido por Saviani (2007), a partir do entendimento de Gramsci (1982, p.136), que sustenta um modelo de escola preparada para conduzir “o jovem até os umbrais da escolha profissional, formando-o entretantes como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige”.

Para promover essa formação, dentro do sistema educacional brasileiro voltado à esfera técnico-profissional, há os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, inseridos na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criados pela Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008). Os Institutos Federais integram o sistema federal de ensino vinculado ao Ministério da Educação e atualmente representam um importante marco na ampliação e na interiorização da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil.

No que tange ao desenvolvimento desta pesquisa, interessa-nos a articulação da EPT com a educação básica no nível de ensino médio, na forma articulada de oferta integrada, modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), cuja finalidade é a preparação para o exercício de profissões, contribuindo para que o cidadão se insira no universo do trabalho e na vida em sociedade.

Para tanto, o mundo contemporâneo requer domínio de leitura de variados gêneros (cf. BAKHTIN, 2003), incluindo o literário, que deve ser posto nesta formação, integrando o saber à sua articulação não somente com o processo produtivo, mas com a compreensão de si e do outro mediante a arte literária. A esse respeito, as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, definidas pela Resolução nº 3, de

21 de novembro de 2018, em seu art. 5º, preveem a formação integral orientada pelo “projeto de vida como estratégia de reflexão sobre trajetória escolar na construção das dimensões pessoal, cidadã e profissional do estudante”.

Valer-se dos processos referentes às práticas leitoras tem sido um grande desafio para profissionais envolvidos na educação básica em nosso país, se considerarmos os resultados nos últimos tempos de exames avaliativos sobre a dimensão Leitura não ter apresentado números satisfatórios. Ainda que pesquisas apontem ser a leitura uma das competências em que o Brasil avançou um pouco em relação às áreas de aprendizagem, como as de Ciências e Matemática, porém, ainda, é certa a distância dos patamares considerados ideais nas práticas educacionais (PISA, 2018).

Voltado à educação básica do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), instituição pluricurricular especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, este artigo discorre sobre a formação do leitor e o ensino de literatura no ensino médio na forma articulada de oferta integrada, com foco mais específico na averiguação de ocorrências de práticas integradoras de leitura que contemplem o perfil do egresso oriundo do *campus* João Pessoa.

Por meio da abordagem qualitativa e de natureza descritivo-exploratória, buscou-se identificar, a partir de documentos norteadores – como as diretrizes curriculares do ensino médio integrado ao técnico, os planos pedagógicos dos cursos ofertados e o Plano de Desenvolvimento Institucional –, a abordagem instrucional sobre a formação integral subjacente à modalidade. Para tanto, a pesquisa foi fundamentada, sobretudo, nos pressupostos teóricos da educação defendidos por Freire (2011), Saviani (2007; 2008) e na perspectiva do texto literário e de seu ensino por Candido (2011), Todorov (2009), Compagnon (1999), Jouve (2002) e Leahy-Dios (2004).

Partindo desse cenário, convém analisar como o IFPB desenvolve no ensino médio práticas integradoras a fim de proporcionar significativa contribuição ao discente dessa modalidade e sua formação autônoma na construção do próprio conhecimento e, por conseguinte, do exercício de suas atribuições como cidadão e como profissional.

Com base na conjuntura do objeto de investigação, o problema norteador desta pesquisa recai sobre o questionamento de como o IFPB prevê a leitura literária desenvolvida em seus cursos técnicos, notadamente do *campus* João Pessoa, enquanto prática integradora capaz de capacitar os alunos a uma educação humana mais ampla, tendo a concepção de formação integral e do pleno exercício da cidadania, conforme postula o perfil do egresso.

A investigação certamente aponta contribuições para a compreensão desse universo e para intervenções com vistas a promover a leitura como instrumento de democratização do ser humano em suas relações com a sociedade e a cultura (SOARES, 2008).

## **1 A formação técnica e humana:** contexto de ensino para o desenvolvimento de práticas de leitura

Vistos como um dos pilares da educação profissional e tecnológica, os Institutos Federais, pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, reestruturaram o modelo de educação a partir do potencial instalado nos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais e Agrotécnicas,

cujo contexto histórico remonta, desde os anos iniciais do século passado, a um conjunto de políticas para a educação profissional.

Com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, a Rede Federal atualmente é composta por 38 Institutos Federais, responsáveis pela diversificação de cursos nessa modalidade e reconhecidos por ofertar um ensino de qualidade relevante para o país, estimulando a pesquisa aplicada e a formação de profissionais para as diversas áreas do conhecimento (BRASIL, n/d). A oferta engloba cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelados, licenciaturas até pós-graduação *stricto sensu*. Incluído na Rede Federal, o Instituto Federal da Paraíba (IFPB) é uma instituição pluricurricular designada a ofertar educação profissional e tecnológica, contemplando a dimensão humanística em suas distintas modalidades de ensino e agregando saberes técnicos e tecnológicos à prática pedagógica.

Embora a EPT ofereça cursos voltados tanto para a formação inicial e continuada ou qualificação profissional, quanto para a educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação, esta investigação será direcionada à educação profissional técnica desenvolvida na forma articulada ao ensino médio. Nessa modalidade destinada aos que tenham concluído o ensino fundamental e estejam cursando ou tenham concluído o ensino médio, estão inclusos os denominados Cursos Técnicos designados a proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais (BRASIL, 2019).

O Instituto Federal da Paraíba - *campus* João Pessoa oferta atualmente no âmbito de ensino médio, segundo o Portal do Estudante da instituição, 12 (doze) cursos técnicos, em diversos segmentos da economia e domínios profissionais, quais sejam: Controle Ambiental, Edificações, Eletrônica, Informática, Instrumento Musical, Eventos (Proeja), além de dois cursos ministrados em turnos distintos nas áreas de Contabilidade, Eletrotécnica e Mecânica. Tais cursos compõem a educação profissional técnica integrada ao ensino médio, “cuja organização dos cursos conduz o aluno a uma habilitação profissional técnica de nível médio que também lhe dará o direito à continuidade de estudos na educação superior” (BRASIL, 2015, p. 32). Para a sua oferta, são consideradas a carga horária mínima e o perfil profissional exigido para cada eixo tecnológico, conforme estabelece o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos Resolução CNE/CEB nº 3/2008, atualizada pela Resolução CNE/CEB nº 4/2012.

Para fins de delimitação, o presente estudo se insere em um cenário no qual estudantes de cursos técnicos tenham acesso ao ensino da leitura restrito a um dos componentes do ensino de Língua Portuguesa – componente obrigatório durante os três anos do ensino médio, conforme Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – enquanto deveria figurar em todas as disciplinas do currículo escolar. Tal entendimento parte da necessidade da escola explorar os diversos gêneros como objeto de ensino de leitura, constituindo-se como espaços de interação entre os sujeitos do processo de ensino e de aprendizagem. Em se tratando do ensino médio, o foco da área de Linguagens e suas Tecnologias situa-se na

ampliação da autonomia, do protagonismo e da autoria nas práticas de diferentes linguagens; na identificação e na crítica aos diferentes usos das linguagens, explicitando seu poder no estabelecimento de relações; na

apreciação e na participação em diversas manifestações artísticas e culturais; e no uso criativo das diversas mídias (BRASIL, 2018, p. 471).

Esse conjunto de conhecimentos no nível educacional apresentado, “com o objetivo “de consolidar, aprofundar e ampliar a formação integral, atende às finalidades dessa etapa e contribui para que os estudantes possam construir e realizar seu projeto de vida, em consonância com os princípios da justiça, da ética e da cidadania” (BRASIL, 2018, p. 471). No que tange aos rumos da relação entre escola e leitura, há premência de sedimentar caminhos que fomentem a formação integral.

Assim, a partir de estudos realizados no contexto do IFPB (FORMIGA e DUARTE, 2018; FORMIGA, INÁCIO e BARBOSA, 2015; FORMIGA e INÁCIO, 2013; DUARTE, FORMIGA e INÁCIO, 2018;) e observadas dificuldades quanto à relação com a leitura em nível de ensino médio, verifica-se a necessidade de buscar caminhos para formar sujeitos plenamente partícipes da vida em sociedade. Compreender esse universo de formação é essencial para reflexão acerca de práticas pedagógicas capazes de conduzir os estudantes a uma postura mais crítica a ser desdobrada em ação emancipadora, como defendem Gramsci (1982) e Freire (2011), tendo em vista o conhecimento oriundo da leitura – especialmente do texto literário – a ser aplicado em diferentes contextos sociais e de trabalho nas diversas situações comunicacionais.

A dimensão desse estudo é importante pelo alcance do segmento investigado, já que os Institutos Federais compõem-se, em grande parte de sua oferta, de cursos técnicos, conforme prevê o art. 8º de sua Lei de criação nº 11.892/2008: “No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei”. Em outras palavras, como a oferta de cursos técnicos de nível médio ocupa um espaço prioritário na instituição, é possível um grande alcance na adoção de metodologias para o desenvolvimento de práticas de leituras com o texto literário e, por conseguinte, na educação básica. Nesse sentido, reitera-se o mérito na investigação de práticas integradoras no ensino médio integrado, com vistas a proporcionar significativa contribuição ao exercício cotidiano do docente e à formação autônoma do estudante na construção do seu próprio conhecimento a partir da literatura.

A relevância social deste estudo se dá a partir do entendimento de que a leitura é a condição central do processo educativo formal (FARIAS, 2018) e “alcança sua finalidade quando cada indivíduo singular se apropria da humanidade produzida histórica e coletivamente, quando o indivíduo se apropria dos elementos culturais necessários à sua formação como ser humano, necessária à sua humanização” (DUARTE, 2002, p. 50). Ademais, a investigação permite estudar de que maneira o currículo prevê a construção das capacidades linguísticas, tendo em vista a função social da escola de formar os jovens integralmente para a vida, concebendo a sala de aula como um ambiente adequado para aplicação de pesquisas e para compreensão de como se dá o comportamento do aluno leitor.

Em suma, a pertinência da investigação é reforçada pela análise de pesquisas que destacam o baixo índice de desempenho de estudantes brasileiros no que diz respeito à leitura, prejudicando diversas outras áreas do conhecimento, colocando o Brasil entre os níveis secundários de aprendizagem. Logo, faz-se necessário investigar esse objeto em razão do considerável número de jovens que têm dificuldade no desenvolvimento da sua capacidade leitora.

Explicitando a sua relação com a educação escolar, recorremos a Saviani (2008, p. 8) para quem “o saber é objeto específico do trabalho escolar”. Desse modo, se o saber relacionado às práticas de leituras literárias pode ser dado no universo escolar, que o façamos de maneira ampla a favorecer a formação de nossos jovens no tempo e no espaço oportunos, quais sejam, no que passam na instituição.

### **1.1 A leitura na escola: reflexão do seu papel no processo educativo**

Pelo cenário que se apresenta, o país tem uma dívida secular de letramento para com os brasileiros. Na exposição sobre um breve panorama da história da leitura no Brasil, Assunção (2008) declara que Portugal deixou marcas na educação do Brasil-colônia, haja vista que, na última década do século XIX, apenas 20 a 30% dos habitantes dominavam a capacidade leitora no território e o índice de analfabetismos alcançava 84%. O autor destaca que a impressão de livros no país se deu tardiamente, apenas em 1808 com a imprensa real e destinada, inicialmente, à produção de documentos e de livros oficiais. Já na Ditadura Militar, houve um agravamento das políticas educacionais brasileiras, com substituição, no currículo escolar, das disciplinas humanistas pelas tecnicistas, o que comprometeu a dimensão crítica e cultural da escola.

Neste período, deu-se à educação uma função utilitarista e instrumental como meio de preparação de jovens e adultos para a mão de obra voltada ao mercado de trabalho, atendendo a demandas do sistema capitalista emergente. Desde então, observou-se que houve, no decorrer dos anos, avanços e retrocessos nas políticas públicas direcionadas à educação. Tivemos momentos em que a oferta apontava para uma formação tecnicista direcionada ao mercado de trabalho, e, em outros momentos, houve a retomada da oferta de uma educação que contemplava uma formação mais ampla do cidadão.

Baseado em políticas públicas educacionais, o Brasil implementou, nos últimos anos, programas nacionais de avaliação, como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), a fim de avaliar o aproveitamento dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. O resultado tem sido um baixo rendimento ao constatar que a causa desse desempenho negativo está associada ao nível de leitura desse público avaliado (GOMES, 2017).

Da mesma forma, segundo dados da 4ª edição da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil” (FAILLA, 2016), consistindo no mais amplo estudo sobre o perfil de leitura no Brasil, revela que, apesar de ter aumentado o número de leitores, o percentual ainda indica que os brasileiros estão com baixo índice de leitura. Como essa entidade realiza a pesquisa a cada quatro anos, a previsão é que os dados sejam atualizados com a divulgação de uma nova versão do levantamento neste ano de 2020.

Outro diagnóstico é feito pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), que acontece a cada três anos e oferece um perfil básico de conhecimentos e habilidades dos estudantes, realizando avaliação de três áreas de conhecimento: Leitura, Matemática e Ciências. Na última edição realizada em 2018, o foco da pesquisa foi a Leitura. O levantamento dos resultados do desempenho desse quesito dos estudantes brasileiros na faixa etária de 15 anos, na prova da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), desde ano 2000 até a última edição, que ocorreu em 2018, feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2019), indica que o desempenho quanto à

competência leitora não avançou ao longo dos anos, o que coloca o Brasil entre os piores níveis de aprendizado avaliados pelo índice.

Em suma, a avaliação realizada em 2018 e divulgada no mês de dezembro de 2019 revela que as habilidades de leitura e de compreensão de texto não tiveram um progresso significativo na última década. Nesse aspecto, o Brasil continua abaixo da média da OCDE em leitura: a média nacional é de 413 pontos (57º do mundo), e a da OCDE é de 487. Entre as regiões do Brasil, o desempenho médio do Nordeste (389) é o pior do território nacional (INEP, 2019). Após analisar os resultados das sete edições do Pisa, a OCDE concluiu que o Brasil se mantém estagnado em leitura – além de Ciência e Matemática – e, portanto, não houve mudanças significativas para uma evolução de patamar.

Os resultados das pesquisas, avaliações e testes mostram que os alunos apresentam domínio insuficiente das capacidades necessárias para enfrentar com sucesso as atividades diversas no âmbito social. Superar essa realidade deve ser prioridade de todo o processo de ensino e aprendizagem desde as séries iniciais, buscando pelo progresso por toda a etapa de escolarização básica. Desse modo, deve-se refletir acerca do papel da escola nesse processo e sobre como as instituições de ensino estão preparando os alunos para a sociedade letrada contemporânea quanto às práticas de leitura pertinentes a contextos múltiplos e diferenciados nos quais estão inseridos.

Percebendo que o processo de formação de leitores, em nosso país, ainda está evivado de falhas, algumas indagações, inerentes a esta investigação, vão surgindo, tais como: quais ações a serem adotadas pela escola para minimizar esse problema? Que metodologias poderiam ser consideradas mais apropriadas para as práticas de leitura? A formação inicial está apta para promover, de modo efetivo, a formação de leitores? Essas indagações movem-nos em busca de respostas a fim de atenuar as dificuldades de promoção da leitura. Embora não seja possível apresentar respostas precisas às inquirições, discuti-las é importante na busca de encontrarmos caminhos para a problemática.

No final do século passado, com vistas à inserção no processo de globalização em curso e para fins de atendimento às demandas mercadológicas, conforme Frigotto e Ciavatta (2003), as metas educacionais elaboradas pelo Estado estiveram pautadas pela necessidade de formar profissionais com perfil flexível, produtivo e empregável de acordo com as demandas do mercado de trabalho. Esse discurso de formação para esse nicho chegou aos documentos oficiais, e, a partir dos anos de 1990, o ensino médio foi o alvo principal. Esse conjunto de políticas curriculares está presente em documentos como: ENEM – Documento Básico (BRASIL, 1999a), Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 1999b; 2000), Orientações Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 2006), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Resolução Nº 6/2012) e Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 1998; 2012), este documento atualizado pela Resolução Nº 3/2018.

Na perspectiva da formação integral do estudante do curso de Informática do IFPB -campus João Pessoa, por exemplo, a integração curricular deve possibilitar a formação de uma cidadania ativa no contexto escolar e na vida social, com preparação para perceber, questionar e transformar a realidade da sociedade. Para o caso deste objeto de estudo, estão compreendidas mais diretamente propostas curriculares do ensino médio que garantam ações responsáveis por promover, entre outros aspectos, “a

língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania” bem como “considerar a formação integral do estudante, contemplando seu projeto de vida e sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais”, conforme estabelece o art. 8º da Resolução Nº 3/2018 (BRASIL, 2018).

Considerando o perfil do egresso do curso técnico em questão em uma concepção de educação integral articulada que contemple, em conformidade com a visão marxista, a dimensão omnilateral dos sujeitos – pela qual se alcança a compreensão sobre a totalidade do processo social do qual fazem parte –, há de se considerar as competências específicas de leitura que vão além do domínio de linguagens, da compreensão de fenômenos diversos, de relacionar informações e de elaborar propostas de intervenção na realidade restritas ao mundo do trabalho. A concepção de educação aqui defendida envolve uma construção histórica de sociedade em suas múltiplas esferas da atividade humana que abrange a formação do homem para a vida e para o trabalho.

Marx afirma seu entendimento sobre o trabalho enquanto princípio educativo, não na forma alienada como o trabalho se apresenta em sua dimensão histórica na sociedade capitalista, mas em sua extensão ontológica, resgatando a união entre consciência e prática social, como crítica da forma atual em que o trabalho se mostra e como possibilidade de realizar-se plenamente seu caráter ontocriativo, em outro projeto de sociedade (SANTOS, 2005, p. 13).

Tendo em vista que a dimensão do sujeito se constitui tanto pelo trabalho produtivo como pela relação entre educação e sociedade, o Instituto Federal da Paraíba possui caminhos que preza, em sua missão, pela “formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática” (PDI, 2015-2019, p. 11). Nessa perspectiva, o IFPB *campus* João Pessoa pode sedimentar a formação integrada por meio da leitura, contemplando, em sua prática social, os valores humanos e sua diversidade de saberes e vivências significativos, previstos em documentos institucionais que os regem.

Os Parâmetros curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, por exemplo, orientando as práticas e as estratégias de ensino de língua no país, preveem que “todo texto se organiza dentro de determinado gênero em função das intenções comunicativas, como parte das condições de produção dos discursos, as quais geram usos sociais que os determinam” (BRASIL, 1999, p. 21). Já o atual documento orientador, a BNCC, quanto aos parâmetros para organização/progressão curricular, busca “considerar a diversidade de gêneros escritos, orais e multissemióticos ao longo dos três anos nas práticas de leitura, escuta e produção propostas” (BRASIL, 2017, p. 507).

Nesse contexto, entende-se por práticas de leitura em sala de aula a criação de situações reais que promovam a autonomia do leitor em sua articulação individual e social, mediante diferentes gêneros, incluindo o literário em suas materialidades diversas, com o envolvimento da cultura digital e das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) tão fortemente marcadas na contemporaneidade. A interação de leitura com os estudantes que integram a formação técnica profissional, nesse sentido, deve ultrapassar a finalidade de aprender a ler e a ressignificar sentidos sob uma dimensão ampliada do uso social da língua e da leitura. Tal procedimento pode “garantir o protagonismo dos estudantes em sua aprendizagem e o desenvolvimento de suas



capacidades de abstração, reflexão, interpretação, proposição e ação, essenciais à sua autonomia pessoal, profissional, intelectual e política” (BRASIL, 2018, p. 465).

Com esse entendimento, as práticas de leituras que se pretende desenvolver, a partir deste trabalho, com o ensino médio integrado, visam a uma ampla estratégia pedagógica possível de relacionar, inclusive, vários componentes curriculares do curso, para alicerçar a formação integral e significativa. Nesse sentido, corroboramos o entendimento de Cavalcante e Santos (2019, p. 174), para quem “uma educação nacional se faz com sujeitos protagonistas imersos em uma educação não homogeneizadora em suas práticas e conteúdos educacionais”. Assim, reconhecendo a primordialidade em ampliar práticas de leitura, notadamente de textos literários que contemplem, de forma mais expressiva, a formação integral da modalidade em pauta, centramos a seguir na discussão sobre possibilidades de incorporar a literatura a uma educação que se ocupe da promoção do homem.

## **2 A construção do sujeito leitor na formação integral: o processo pelo viés da educação literária**

Em discussão sobre a importância das relações entre os jovens e a leitura, Petit (2013, p. 12) defende que a leitura “pode desempenhar na elaboração da subjetividade, na construção de uma identidade singular e na abertura para novas sociabilidades, para outros círculos de pertencimento”. Partindo da concepção de que a leitura permite a abertura de um campo de possibilidades (PETIT, 2013) e se constitui em uma atividade complexa e plural (JOUVE, 2002), a construção das capacidades linguísticas deve orientar o ensino da Língua Portuguesa e da Literatura, bem como de todas as disciplinas do currículo escolar em uma perspectiva interdisciplinar. Para Duarte, Formiga e Alves (2019), essa perspectiva converge em práticas metodológicas que abordam o conhecimento sem fragmentação, oportunizando uma formação crítica, já que, diante da realidade permeada por sua complexidade, o estudo não poderia ser outro que não o complexo, o interdisciplinar.

Na educação, o papel fundamental da leitura na construção do sujeito constitui-se um desafio constante quando se põe em pauta as discussões que adentram os espaços educacionais dos professores com relação à abordagem da leitura e seus impactos na formação integral. Daí a necessidade de o professor por em evidência o protagonista do processo educativo na formação do homem, pois “se a educação é uma atividade específica dos seres humanos, se ela coincide com o processo de formação humana, isso significa que o educador digno desse nome deverá ser um profundo conhecedor do homem” (SAVIANI; DUARTE, 2010, p. 423). Para legitimar o processo que envolve educador e educando, estudiosos defendem uma transcendência das condições pessoais do homem em benefício do universal.

Funda-se, aí, a legitimidade da educação, que emerge, então, como uma comunicação entre pessoas livres em graus diferentes de maturação humana. Nessa formulação, o valor da educação expressa-se como promoção do homem. Enunciamos, então, uma primeira definição de educação: a educação, enquanto comunicação entre pessoas livres em graus diferentes de maturação humana, é promoção do homem, de parte a parte – isto é, tanto do educando como do educador. (SAVIANI; DUARTE, 2010, p. 423)

Em se tratando da formação humana pelo viés da expressão da literatura, o alcance do leitor ao texto permite a sua imersão em cenários que envolvem as suas subjetividades e as marcas do social. No processo de confronto entre leitor e texto, a literatura humaniza, como defende Candido (2011, p. 177), tendo em vista que “confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas.” A humanização é entendida pelo crítico como o

processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante (CANDIDO, 2011, p. 182).

No esteio do posicionamento de que a literatura humaniza e enriquece o indivíduo e o coletivo, como assegura Candido ao discutir o direito à literatura (2011), vemos a “necessidade universal imperiosa” de ser fruída pelo cidadão dos diferentes segmentos e classes sociais. O usufruto a um direito pode concorrer para minimizar as desigualdades econômicas e de trato humano no país, especialmente em um momento quando estamos vivenciando uma acentuada ausência de investimentos em educação e cultura.

Com efeito, a literatura vista como representação simbólica dos espaços de cidadania deve ser estudada em razão de ser “essencial ao processo de educar sujeitos sociais, por se tratar de uma disciplina sustentada por um triângulo interdisciplinar composto da combinação assimétrica de estudos da língua, estudos culturais e estudos sociais” (LEAHY-DIOS, 2004, p. XX). Em defesa da educação literária como um importante papel na expansão crítica de uma consciência sociopolítica dos futuros cidadãos na sociedade, Leahy-Dios (2014, p. 233) ainda alega que pode fortalecer os alunos “para sua participação ativa e crítica na sociedade, através do exercício pedagógico de relações dialógicas com textos nas aulas de literatura, de um ponto de vista teórico e prático”.

A concepção de educação literária se aloca na de literatura e nas relações que circundam o texto literário amparadas em Eagleton (2003) e em Compagnon (1999), compreendida, portanto, de forma mais ampla como desenvolvimento de prática social revestida de produção de sentidos dada pelo indivíduo construído historicamente, com capacidade de se emancipar social e culturalmente. Assim, graças ao poder transformador da educação largamente enfatizado por Freire (2011), por meio mais amplo no campo da aprendizagem, tem-se o alcance no processo de emancipação política e de ação da realidade.

Em tempos de confronto à democracia e em contexto de crise sanitária e socioeconômica por que passa o país atualmente, em que a sociedade necessita ampliar valores humanistas, essa preocupação ganha ainda mais relevância. Por isso, discutir a formação básica perpassa pelo fortalecimento do ensino da literatura e de seus impactos na vida do estudante, o que requer maior aproximação com as estruturas curriculares para que a escola obtenha êxito na tarefa desafiadora de inserir os jovens no mundo da leitura literária.

Nessa perspectiva, acentua-se a necessidade de ampliar estudos nessa área voltada ao ensino médio integrado, modalidade de ensino cuja exigência atual da sociedade requer uma formação que prepare o estudante para se representar como sujeito nas suas relações individuais e sociais. Assim, analisados os documentos norteadores das políticas educacionais que determinam a modalidade, foram examinados, no âmbito do IFPB - *campus* João Pessoa, o PDI (2014-2019), os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Ensino Médio Integrado dos cursos técnicos que compõem o perfil profissional em seus eixos tecnológicos, conforme Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos definidos na Resolução CNE/CEB nº 04/2012 e os Planos de Ensino. Ao todo, conforme relatado, somam 12 (doze) cursos técnicos, em diversos segmentos da economia e domínios profissionais. São eles: Controle Ambiental, Edificações, Eletrônica, Informática, Instrumento Musical, Eventos (Proeja), Contabilidade, Eletrotécnica e Mecânica, os três últimos cursos ofertados em dois turnos distintos.

Feita uma leitura mais minuciosa dos PPCs de Ensino Médio Integrado nos cursos de Mecânica, Eletrotécnica e Informática do *campus* João Pessoa, à luz dos documentos de ensino analisados, há uma clara preocupação em unir prática e teoria, a fim de proporcionar uma formação plena, possibilitando que o educando faça sua própria leitura do mundo e tenha condições para aperfeiçoar sua atuação em sociedade. Além disso, é importante pontuar que existem aspectos materiais na instituição em comento que favorecem a implementação da literatura como prática integradora, a exemplo da disponibilização para os educandos de uma estrutura interna, tais como: biblioteca física e virtual com assistência aos usuários e salão de leitura (BRASIL 2018). De maneira geral, verificamos que o objetivo é compreender a linguagem em seus múltiplos níveis e sentidos, preparando o educando de forma integral para o trabalho e para a vida, a fim que atue como sujeito de seu aprendizado com capacidade para ser um cidadão atuante na sociedade na qual está inserido.

Nesse processo de compreensão, a área de Linguagens e Códigos e suas Tecnologias, setor responsável no IFPB pela oferta de componentes curriculares da formação geral para atender a todos os cursos da Instituição relacionados à Língua Portuguesa, Literatura e Língua Estrangeira, tem um papel fundamental de levar o discente a conhecer diferentes leituras do mundo que o possibilite a explorar as linguagens sob múltiplas perspectivas e em todas as circunstâncias na qual interaja.

A averiguação delimitada neste estudo aponta que, embora não sejam apresentadas menções explícitas de práticas integradoras relativas especificamente à leitura literária que contemplem o perfil do egresso, há obrigatoriedade de utilização de atividades interdisciplinares e transdisciplinares como prática docente, quer de modo verticalizado, quer horizontalizado harmonicamente à constituição de todos os documentos institucionais analisados – PPCs, PDI e diretrizes curriculares nacionais vigentes. Nesse contexto, o IFPB pleiteia

a utilização de metodologias dialógicas, inter-transdisciplinares, alicerçadas em conhecimentos científicos que deverão estar relacionados às condições histórico-sócio-culturais dos estudantes, o que requer planejamentos sistemáticos e coletivos, que contemplem todos os envolvidos no processo educacional da instituição (BRASIL, 2015, p. 154).

No que tange à leitura, o enfoque para essa prática pedagógica é condizente com a ideia apoiada por Leahy-Dios (2004, p. 234) ao assegurar que a

leitura crítica e competente é fundamental para a cidadania; mas o saber multidisciplinar que fundamenta a proposta da educação literária transformadora teria um espectro de ação muito maior, mais profundo e plano. Pois somente a literatura pode incentivar a sensibilidade do indivíduo para o artefato artístico através do desenvolvimento dos sentidos, das emoções e da razão.

Corroborando o posicionamento da autora, para o alcance do desenvolvimento da educação literária, é importante a instituição definir mais claramente sobre qual aspecto deve priorizar a abordagem da leitura. Tal percepção deve ser expressa no escopo dos planos dos componentes curriculares que compõem os PPCs dos cursos como destaque relevante na construção de subjetividades individuais e sociais. Frente às descobertas e a um aprofundamento maior desta pesquisa, é possível apresentar uma proposta mais consistente voltada, inclusive, à reestruturação dos PPCs na modalidade de ensino em estudo. Convém destacar que já se encontra em curso, na esfera do IFPB, *campus* João Pessoa, a proposição de alteração nos projetos pedagógicos decorrente de outros temas; logo, mostra-se como um momento propício a discussão em pauta.

Nos documentos institucionais e nos da esfera nacional, quando tratada a menção ao uso de conteúdos que oportunizem a transversalidade e a interdisciplinaridade, materializa-se a condição primordial para a propositura de atualização dos citados documentos, mediante renovação e atualização, com o propósito de integrar conteúdos horizontalizando-os e/ou verticalizando-os, posto que, na descrição, principalmente nos PPCs, das metodologias a serem utilizadas, prevê-se a inserção pelo docente de práticas integradoras vistas como requisito obrigatório em parte ou na integralidade dos documentos.

A despeito de muitos aspectos teórico-metodológicos existentes nesse contexto de ensino, em se tratando de possibilidades a serem aplicadas nas práticas pedagógicas voltadas à educação literária, pode-se optar por caminhos que defendam o acesso mais amplo aos bens culturais na diversidade do gênero que extrapole a leitura do cânone, dos clássicos. Reforçando a posição de Abreu (2006, p. 111), não se trata de abandonar o estudo do texto canônico, mas que se “garanta o espaço para a diversidade de textos e de leituras; que se garanta o espaço do outro”.

Desse modo, é possível repensar sociedades desiguais e classes hegemônicas a partir do pensamento gramsciano, com um investimento estético inerente a um modo de ler literatura capaz de mobilizar o leitor para uma compreensão integradora de experiência humana com modos de sentir e viver. Afinal, o envolvimento e a valorização da vivência com o texto são propícios à construção de uma subjetividade literária afeita à experiência significativa do leitor enquanto sujeito ativo do processo de interação com texto.

A inquietação, os questionamentos, a descoberta, o encantamento oriundos de uma leitura são marcas deixadas no leitor graças ao diálogo (nem sempre fecundo) entre leitor e texto que podem provocar caminhos emancipatórios conquistados, construídos durante o processo. A esse respeito, Leahy-Dios (2004, p. 239) declara:

A experiência já mostrou que a literatura como objetos de estudos não deveria ser “discurso”, mas, ao contrário, deveria ser sempre “espaço” e “processo” de trocas, transformação e crescimento estético, cultural, pessoal e sociopolítico, na real acepção do cruzamento de fronteiras cognitivas.

Os sentidos atribuídos à obra pelo leitor devem ser vistos, considerando que uma obra literária é carregada de simbolização de vivências humanas. Assim, a abordagem que prioriza o leitor na interação com o texto literário (COMPAGNON, 1999) se desdobra na ideia defendida por Rouxel (2013, p. 274), que, ao discutir os rumos para favorecer a expressão do sujeito leitor em contexto escolar, destaca que a “história do ensino de literatura há muito tempo remete a uma exclusão da leitura ou mesmo do leitor como sujeito”. Como resposta atinente ao desenvolvimento de práticas de leitura, a autora afirma que pesquisas contemporâneas sobre leitura mostram que o ato não se reduz a uma atividade cognitiva, uma vez que o processo de elaboração semântica está enraizado na experiência do sujeito.

Se desejarmos formar leitores de literatura no ensino médio, convém sair do formalismo e reabilitar a subjetividade do leitor. Toda verdadeira experiência de leitura envolve a totalidade do ser. [...] O investimento subjetivo do leitor é uma necessidade funcional da leitura literária; é o leitor que completa o texto e lhe imprime sua forma singular (ROUXEL 2013, p. 278).

Em vista de alguns caminhos apontados, antes de propor qualquer adoção de práticas literárias, constatamos a necessidade de questionar o papel da literatura no currículo na educação técnica profissional para, a partir do perfil do egresso delineado pelo viés da educação integradora, discutirmos caminhos para o favorecimento da formação de leitores literários assentada na expressão do sujeito leitor.

Em discussão sobre a literatura estar em perigo e dada a sua importância para os comportamentos humanos, Todorov (2009) reivindica que o texto literário deve ocupar lugar de destaque do ensino de literatura e, para tanto, os leitores têm de imergir na obra de escritores que se dedicam à compreensão do homem há milênios. Nesse cenário, há muito a se discutir no âmbito do IFPB sobre o interesse e o proveito pessoal que o leitor pode extrair de sua leitura quando lhe proporciona pensar o mundo e conferir algo mais a sua própria existência (ROUXEL, 2013).

No que concerne à análise qualitativa desses documentos e à luz da concepção teórica, o percurso metodológico permitiu a mesma forma de percepção, posto que se coaduna, no âmbito das possibilidades institucionais à medida que permite auferir tratar-se de uma descrição textual unívoca em todos os documentos, à possibilidade de utilização de práticas integradoras de leituras. No plano exploratório, não foi identificado nos campos investigados práticas semelhantes ao da investigação proposta. Por fim, constatamos que os documentos institucionais vigentes, incumbidos de preverem uma abordagem sobre formação integral subjacente à modalidade, podem se utilizar da prática integradora de leitura como um diferencial a ser considerado na construção do perfil do egresso advindo dos cursos médios integrados ao técnico ofertados pelo IFPB - *campus* João Pessoa.

### **Considerações finais**

A literatura abre espaços para os confrontos das subjetividades, para vozes outras, para a discussão de ideias construídas historicamente em um cenário nem sempre de igualdade e para provocar mudanças em prol de uma sociedade mais humana, longe de tentativas silenciadoras que nos tentam impingir ultimamente. Tais concessões podem

ser vivenciadas no ambiente escolar, instituição responsável pelo saber sistematizado, onde se transita saberes vários que alargam o conhecimento do homem e se destina também a formar leitores. Disciplinada em um componente curricular de ensino integrado, a Literatura integra os conhecimentos aos de Língua Portuguesa, promovendo aos que se apropriam dos conhecimentos técnicos profissionais, no contexto da educação básica, a relação entre a arte e a vida – com todos os sentimentos que compreendem o humano.

No que tange à formação técnica de nível médio, especificamente os Planos de Ensino de Língua Portuguesa e de Literatura dos referidos cursos contemplam que os recursos da Língua serão usados de tal forma que viabilize o acesso do educando ao mundo do trabalho (BRASIL, 2018). Vemos aqui o ensino desse componente curricular como prática integradora, em que instrumentos, a exemplo da leitura literária, são “fonte de legitimação de conduta social e experiências humanas na forma de sentir, pensar e agir” (BRASIL, n.d). Desse modo, a busca é por uma literatura que vise à formação humanizadora como fonte de comunicação e informação, como ampliadora de ideias e de sentidos com associação às situações da linguagem com o mundo do sujeito.

Mesmo compreendendo o domínio das múltiplas capacidades de linguagem, em sentido amplo, como importante no processo educacional, os documentos norteadores da educação profissional técnica pesquisados não apresentam uma abordagem expressa da literatura que contemple as suas potencialidades, visto que limitam a procedimentos didáticos genéricos. Isso posto, parece-nos imprescindível discutir e formular proposições que dinamizem o conhecimento com vistas a atender às necessidades dos futuros profissionais a atuarem em contextos diversos frente às transformações socioculturais, políticas e pedagógicas.

No que se concerne à importância do ensino de literatura, as perspectivas de continuidade do trabalho consistem em aprofundar o estudo acerca das práticas docentes do texto literário em sala de aula, de forma a compor uma análise da educação literária no IFPB, *campus* João Pessoa, que abranja não somente os traços dos egressos, mas as práticas de leitura literária em suas particularidades, de acordo com os contextos nos quais se inserem.

Os desdobramentos dos aspectos pesquisados justificam a relevância para a ampliação dos estudos que contribuirão para promover discussões acerca das práticas educativas em EPT, de modo a destacar a pertinência de uma formação de qualidade por meio do desenvolvimento de novas práticas que poderão ser utilizadas em sala de aula e aplicadas ao mundo do educando, incluindo ao do trabalho. Nesse sentido, o estudo apontou a necessidade de ampliação de práticas de textos literários a fim de contribuir para a integralidade de uma formação que amplia, de maneira crítica, os horizontes do conhecimento e para o aperfeiçoamento da condição humana social. Há de se considerar ainda, nessa seara, a imprescindibilidade de conhecimentos teórico-metodológicos voltados à formação de leitores por parte do docente, visto que os processos formativos permitem a atualização e o afeiçoamento de domínios de conhecimentos afeitos aos procedimentos de ensino e aprendizagem e, conseqüentemente, às práticas de formação leitora.

Nessa perspectiva, há ações integradas entre o campo da pesquisa e sistemas que ofertam educação profissional, a exemplo do desenvolvimento de estudos realizados, por meio do no Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo IFPB – *campus* João Pessoa, que vêm contribuindo para a melhoria dos

processos de ensino na Educação Profissional Tecnológica à medida que centra estudos na área de leitura com foco nesse segmento condizente com as exigências do mundo contemporâneo. Saber como o professor concebe a literatura e o seu papel no ensino tem implicações pedagógicas que reverberam na formação do estudante em sua relação com a sociedade.

O estudo possibilitou, pois, uma reflexão acerca dos direcionamentos do processo de formação de alunos da educação técnica com vistas às construções intelectuais propícias à formação leitora de literatura restrita não apenas ao espaço escolar. Como meio de ampliar a compreensão de si e do outro, incluindo o universo do trabalho, a literatura pode, nos processos educativos, contribuir para a formação integral do indivíduo e prover a capacidade de conduzi-lo ao desempenho de seu papel de sujeito atuante (para resistências e transformação social) munido de múltiplas dimensões em sua condição sócio-histórico-cultural.

### **Referências**

ABREU, M. *Cultura Letrada: literatura e leitura*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

ASSUMÇÃO, J. Leitura cultural, crítica ou utilitária. In: AMORIM, G. (org.). *Retratos da leitura no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Pró-Livro, 2008, p. 83-94.

BAKHTIN, M. *A estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. *Decreto nº 2.208*, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 abr. 1997.

BRASIL. *Decreto nº 5.154*, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jul. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. *Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB n. 15, de 1 de junho de 1998. *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Enem - Documento Básico*. Brasília, DF: MEC/INEP, 1999a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Brasília, DF: MEC/SEMTEC, 1999b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Brasília, DF: MEC/SEMTEC, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*, Brasília, DF, 2006.

BRASIL. *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 29 de dezembro de 2008.

BRASIL. *Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro 2012*. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, Diário Oficial da União em 30 de nov. de 2019.

BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun 2014, Ed. Extra.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria nº 502, de 09 de maio de 2012*. Altera a Portaria nº 1.407, de 14 de dezembro de 2010, para ampliar composição do Fórum Nacional de Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 maio. 2012. Seção 1, p. 23.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília: MEC. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba. *Plano Pedagógico de Curso - Técnico em Informática*. Brasília: MEC/IFPB, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba. *Plano de Ensino do Curso - Técnico em Eletrotécnica*. Brasília: MEC/IFPB, [n.d].

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba. *Plano de Desenvolvimento Institucional*. Brasília: MEC/IFPB, out. 2015.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. *Vários escritos*. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011, p. 171-193.

CAVALCANTE, C. G.; SANTOS, J. L. S. Protagonismo teatral e protagonismo educacional: quais deslocamentos fazem surgir um a(u)tor? *Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso*. v. 14, n. 3. p. 156-175, 2019.

COMPAGNON, A. *O demônio da Teoria: Literatura e senso comum*. Trad. Cleonice. P. B. Mourão. Belo Horizonte: Ed. UFCG, 1999.



COSTIN, C. Os jovens, a crise e o trabalho. *In: Folha de São Paulo [Online]*, 2020.

DUARTE, C. R.; FORMIGA, G. M.; ALVES, M. O. Pesquisa em literatura e interdisciplinaridade: um relato de experiência na formação docente EaD. *Revista Paidéi@. Unimes Virtual*. v. 11, n. 19, jan. 2019.

DUARTE, C. R.; FORMIGA, G. M.; INÁCIO, F. A. A quantas anda o leitor professor em formação? *In: ALCÁNTARA, M., MONTERO, M. G. y LÓPEZ, F. S. (Coords.) Lingüística y Literatura - Memoria del 56º Congreso Internacional de Americanistas, Salamanca-Espanha, Ediciones Universidad de Salamanca, 2018*

DUARTE, R. *Adorno/Horkheimer & A dialética do esclarecimento*. RJ: Jorge Zahar, 2002.

EAGLETON, T. *Teoria da Literatura: uma introdução*. Trad. W. Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FAILLA, Z. Retratos: Leituras sobre o comportamento leitor do brasileiro. *In: FAILLA, Z (org.). Retratos da leitura no Brasil 4*. Rio de Janeiro: Sextante/Instituto Pró-Livro, 2016, p. 19-42.

FARIAS, F.R. *O leitor e a leitura revelados pela Retratos da leitura no Brasil: uma análise à luz da teoria da semicultura*. 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, UFMG-Belo Horizonte, 2018.

FORMIGA, G. M.; DUARTE, C. R. Ensino de Literatura e formação docente e de leitores. *Temas em Educação*, v. 27, p. 173-189, 2018.

FORMIGA, G. M.; INÁCIO, F. A.; BARBOSA, S. F. P. Literatura, Escola e Formação literária: entre práticas e descaminhos. *In: Revista Principia*, n. 28, p. 169-177, 2015.

FORMIGA, G. M.; INÁCIO, F. A.; Literatura no ensino médio: reflexões e proposta metodológica. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, v. 22, p. 179-197, 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 1, n. 1, 2003.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GOMES, S. S. Avaliação das capacidades de leitura. *Educar em Revista*, [S.l.], v. 33, n. 63, p. 221-236, fev. 2017.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais). *Pisa 2018 revela baixo desempenho escolar em leitura, matemática e ciências no Brasil*. [Online]. Brasília: Inep, 2019.

JOUVE, V. *A leitura*. Trad. Brigitte Hervot. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

LEAHY-DIOS, C. *Educação literária como metáfora social: desvios e rumos*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NERI, M. C. (Coord.) *Juventude e Trabalho: Qual foi o Impacto da Crise na Renda dos Jovens? E nos Nem-Nem?*. Rio de Janeiro: FGV Social.

ROUXEL, A. Práticas de leitura: quais rumos para favorecer a expressão do sujeito leitor? *Cadernos de Pesquisa*, v. 42, n. 145, p. 272-283, 2013.

SANTOS, M. G. C. *A categoria de formação omnilateral em Marx e o trabalho enquanto princípio educativo*, 2005.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 10. ed. Campinas, Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: *Revista Brasileira de Educação*. Volume 12, n.34, jan./abr. 2007.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. In: *Revista Brasileira de Educação*. v. 15. n. 45. p. 422-590 set./dez. 2010.

SOARES, M. Leitura e democracia cultural. In PAIVA, A.; MARTINS, A.; PAULINO, G.; VERSIANI, Z. (Orgs.). *Democratizando a leitura: pesquisas e práticas*, Belo Horizonte: Ceale, Autêntica, 2008, p. 17-34.

PETIT, M. *Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva*. Trad. C. O. Souza. São Paulo: Editora 34, 2009. 2ª Reimp., 2013.

TODOROV, T. *A literatura em perigo*. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

*Recebido em 31 de maio de 2020*

*Aceito em 15 de junho de 2020*